



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO TERRITORIAL SALVADOR

Rua Frederico Simões, 125/Sala 802, Caminho das Árvores - Salvador - CEP 41820-774

Telefone: (61) 2028 9856

Estudo Técnico Preliminar

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) digital está registrado no Portal de Compras do Governo Federal e no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente demanda decorre de emergência sanitária ocasionada pela ocorrência de circovirose em indivíduos de ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), espécie criticamente ameaçada de extinção e objeto de ações estratégicas de conservação no Brasil.

2.2. O evento foi identificado em espécimes oriundos do Criadouro Ararinha Azul, situado no Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Ararinha-azul, exigindo a adoção imediata de medidas de contenção, monitoramento e biossegurança. Nesse contexto, o Centro de Conservação e Manejo da Fauna da Caatinga – CEMAFAUNA, localizado em Petrolina/PE, foi designado como estrutura de apoio para recepção e manejo de indivíduos não infectados, e apresenta-se como uma das estruturas mais adequadas para recepção dos indivíduos não infectados, em razão de sua capacidade instalada e experiência no manejo de fauna silvestre.

2.3. Entretanto, para viabilizar essa operação em condições seguras, faz-se necessária a realização de adequações estruturais e operacionais, especialmente no pavilhão de quarentena e nas áreas de apoio, incluindo cozinha e almoxarifado. Tais adequações visam assegurar o isolamento integral dos animais, impedindo qualquer compartilhamento de espaços, equipamentos ou fluxos com outros indivíduos mantidos na unidade.

2.4. A circovirose caracteriza-se por alta transmissibilidade, elevada resistência ambiental e significativa capacidade de disseminação, inclusive por meio indireto. O agente viral apresenta dimensões reduzidas e grande persistência em superfícies, o que amplia os riscos de contaminação cruzada em ambientes compartilhados ou inadequadamente controlados.

2.5. Diante dessas características, torna-se indispensável a adoção de medidas rigorosas de biossegurança, incluindo segregação física de ambientes, controle de acesso de equipes, definição de fluxos operacionais exclusivos e utilização de estruturas adequadas para preparo de alimentação, armazenamento de insumos e realização de procedimentos clínicos.

2.6. Nesse sentido, a cozinha deverá ser destinada exclusivamente ao preparo da alimentação das ararinhas em quarentena, não sendo admitido seu compartilhamento com outras rotinas. Da mesma forma, os espaços destinados ao armazenamento de medicamentos, realização de procedimentos e análises clínicas rápidas devem operar de forma isolada e controlada.

2.7. Adicionalmente, o manejo desses indivíduos exige a atuação de equipe dedicada, com circulação restrita às áreas do quarentenário, de modo a assegurar maior controle sanitário e rastreabilidade das atividades.

2.8. A estrutura atualmente disponível no CEMAFAUNA não contempla integralmente os equipamentos e mobiliários necessários para atender a essas exigências, especialmente no que se refere à organização dos fluxos de trabalho, armazenamento seguro de insumos e execução adequada das atividades de manejo.

• Objetivos da Contratação

2.9. A contratação tem por objetivo a aquisição de equipamentos e mobiliário técnico-operacional destinados à adequação das áreas de apoio ao quarentenário do CEMAFAUNA, de modo a viabilizar o funcionamento seguro e eficiente da unidade em cenário de emergência sanitária.

2.10. Busca-se garantir condições adequadas para o preparo e armazenamento de insumos, organização dos fluxos operacionais, execução de procedimentos técnicos e implementação de protocolos de biossegurança, reduzindo riscos de contaminação cruzada e assegurando a proteção dos indivíduos sob manejo.

• Riscos Associados à Não Contratação

2.11. A ausência de contratação pode resultar na disseminação do vírus entre indivíduos não infectados, agravando o quadro sanitário e comprometendo as ações de controle.

2.12. Do ponto de vista operacional, a insuficiência de estrutura tende a prejudicar a organização das atividades e a efetividade dos protocolos de biossegurança. Também há riscos institucionais, com impacto sobre programas de conservação da espécie, além de possíveis prejuízos às condições de trabalho das equipes, em razão da exposição a riscos biológicos.

2.13. A adoção da solução proposta é essencial para mitigar esses riscos e garantir resposta adequada à situação emergencial.

• Análise de Alternativas

- 2.14. A não realização da contratação ou sua execução intempestiva poderá acarretar a disseminação do agente infeccioso entre indivíduos não infectados, agravando o quadro sanitário e comprometendo as ações de contenção.
- 2.15. A insuficiência de estrutura adequada tende a prejudicar a organização das atividades operacionais, reduzir a efetividade dos protocolos de biossegurança e impactar negativamente as ações de conservação da espécie.
- 2.16. Adicionalmente, há risco concreto de recebimento dos animais antes da plena estruturação do quarentenário, o que pode impor a execução das atividades em condições operacionais limitadas, elevando a probabilidade de contaminação cruzada.

• Medidas de Contingência e Salvaguardas

- 2.17. Considerando a urgência da situação e a possibilidade de recebimento dos animais antes da conclusão da contratação, poderão ser adotadas medidas provisórias de contingência, tais como adaptação de espaços existentes, utilização de equipamentos disponíveis e reorganização dos fluxos operacionais, com reforço dos protocolos de higienização e controle sanitário.
- 2.18. Ressalta-se que tais medidas possuem caráter excepcional e temporário, sendo adotadas exclusivamente para evitar a descontinuidade das ações de manejo e a exposição dos animais a riscos mais graves.
- 2.19. Para fins de controle e responsabilização, registra-se que eventual operação em condições não ideais decorrerá de situação emergencial superveniente, alheia à vontade da Administração, não configurando falha de planejamento, desde que mantidos os esforços para formalização e conclusão da contratação no menor prazo possível.
- 2.20. Consigna-se, ainda, que a Administração adotará todas as providências razoáveis e disponíveis para mitigação dos riscos, não podendo ser responsabilizada por limitações estruturais temporárias decorrentes da urgência do cenário e do tempo necessário à regular instrução processual.

• Enquadramento Legal

- 2.21. A contratação será fundamentada na Lei nº 14.133/2021, observando-se as disposições aplicáveis às contratações públicas e, em especial, às hipóteses de contratação direta previstas na legislação.
- 2.22. A definição do enquadramento jurídico específico deverá considerar as características da demanda, o valor estimado da contratação e o contexto fático verificado no momento da instrução processual, podendo envolver hipótese de dispensa de licitação, desde que devidamente motivada e instruída nos termos legais. Deverão ser observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, motivação e interesse público, bem como a devida justificativa da escolha da solução e a comprovação da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

• Planejamento da Contratação e Alinhamento ao PCA

- 2.23. A presente demanda não consta originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA), por se tratar de evento superveniente, imprevisível e de elevado impacto.
- 2.24. Ainda assim, a contratação encontra-se alinhada aos objetivos institucionais e às políticas públicas de conservação da biodiversidade, devendo ser incorporada ao planejamento como ação excepcional, mediante a devida justificativa, em conformidade com as boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO TERRITORIAL SALVADOR	Kleber Gomes de Oliveira
COORDENAÇÃO DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E EPIZOOTIAS	Cláudia Barbosa de Lima Sacramento

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O presente tem como intuito a aquisição de equipamentos e mobiliário técnico-operacional, destinados à adequação da cozinha e do almoxarifado do quarentenário do Centro de Conservação e Manejo da Fauna da Caatinga – CEMAFUNA, localizado no município de Petrolina/PE, com vistas ao atendimento de emergência sanitária decorrente da ocorrência de circovirose em indivíduos de ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*).
- 4.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem características e especificações usuais de mercado.
- 4.3. As quantidades foram estabelecidas de acordo com o histórico de uso e a necessidade para estruturação da localidade mencionada.
- 4.4. Os equipamentos fornecidos devem ser novos, de primeiro uso e em perfeito estado de funcionamento, acompanhados de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
- 4.5. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações da tabela constante no item 7.1 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo exigida para todos os itens a **VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES**.
- 4.6. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até **5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, no endereço informado, acompanhada da respectiva nota fiscal eletrônica, contendo descrição detalhada dos produtos, marca, modelo e número de série.
- 4.7. **Itens Inclusos:**
- 4.7.1. Acessórios do equipamento e da instalação;

- 4.7.2. Montagem e instalação (quando for o caso);
- 4.7.3. Manual de instalação e uso;
- 4.7.4. Certificado de Garantia;
- 4.7.5. O valor da proposta deve compor todos os subitens acima.

4.8. **Vantajosidade da Aquisição**

4.8.1. A aquisição destinada as instalações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e que contemplará suas unidades e centros de pesquisa, representa uma solução vantajosa e estratégica para a instituição, por diversos motivos:

4.8.1.1. Eficiência e Produtividade: A aquisição permitirá a adaptação do equipamento de acordo com as necessidades específicas do ICMBio. A disponibilidade imediata e contínua do equipamento também é um fator importante, evitando a dependência da disponibilidade de locação e possíveis atrasos no fornecimento.

4.8.1.2. Redução de Custos a Longo Prazo: A escolha de equipamentos de alta qualidade e durabilidade minimiza a necessidade de substituições frequentes, resultando em economia para a instituição a médio e longo prazo. Além disso, a compra unificada permite melhores condições de negociação e ganhos financeiros.

4.8.1.3. Valorização dos Recursos Públicos: A aquisição planejada e tecnicamente fundamentada permite uma aplicação eficiente dos recursos públicos, respeitando o princípio da vantajosidade e transparência na gestão dos bens públicos.

4.9. **Não utilização de catálogo eletrônico de padronização:**

4.9.1. Os equipamentos não estão contemplados atualmente pelo referido catálogo.

4.10. **Garantia da Contratação:**

4.10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois a contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.10.2. Importante frisar que as eventuais especificações de marca dos itens devem ser avaliadas somente como referência para a similaridade e (ou) características mínimas de qualidade do produto, não devendo ser entendida como obrigação e direcionamento de marca ou fabricante e não impedimento do aceite de outras marcas, desde que sejam cumpridas as respectivas especificações técnicas.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. A Administração utilizou o seguinte método estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

5.2. A Administração compõe a cesta de preços a partir da pesquisa de contratações públicas similares encontradas no Sistema do Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), bem como cotação direta com fornecedor. Ao realizar a análise crítica dos preços, utilizou-se a média como critério para seleção do melhor descritor estatístico para cálculo final da estimativa de preços, resultando na Pesquisa de Preços.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Estudo Preliminar, abrange a aquisição de equipamentos e mobiliário técnico-operacional, destinados à adequação da cozinha e do almoxarifado do quarentenário do Centro de Conservação e Manejo da Fauna da Caatinga – CEMAFAUNA, localizado no município de Petrolina/PE, com vistas ao atendimento de emergência sanitária decorrente da ocorrência de circovirose em indivíduos de ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*).

6.2. A implementação da solução contempla o fornecimento de itens que assegurem melhores condições sanitárias, operacionais e de biossegurança, permitindo a correta segregação de materiais, o acondicionamento adequado de alimentos, medicamentos e utensílios, bem como a otimização dos fluxos internos de trabalho nas áreas de apoio ao quarentenário. Busca-se, assim, proporcionar um ambiente compatível com as exigências técnicas relacionadas ao manejo de fauna silvestre sensível, especialmente em situações de emergência sanitária.

6.3. A medida visa atender, de forma imediata e eficiente, à necessidade emergencial decorrente da ocorrência de circovirose em indivíduos de ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura de suporte às ações de contenção, monitoramento e recuperação sanitária dos animais, em conformidade com os princípios de conservação *ex situ*, bem-estar animal e prevenção de riscos biológicos no âmbito do CEMAFAUNA.

6.4. Serão realizados o planejamento e mapeamento de riscos, em consonância com o inciso X do art.18 da Lei 14.133/2021, para soluções mais eficientes e eficazes.

6.5. Sustentabilidade

6.5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.5.2. Durante o transporte e o armazenamento, os itens devem ser acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível, utilizando-se de materiais recicláveis, bem como, a aplicação da responsabilidade socioambiental.

6.5.3. Em cumprimento aos requisitos dispostos no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis -AGU" (disponível em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/294766), a CONTRATADA deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade ambiental.

6.5.4. Nos termos do Art. 7º, Incisos III e IV da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deve priorizar, no que couber, a adoção de padrões sustentáveis de produção, além de desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

6.5.5. O fornecedor deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01/2010.

6.6. Informações relevantes

6.6.1. O prazo de validade e garantia do produto, na data da entrega, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A estimativa dos equipamentos de laboratório estão discriminadas no quadro abaixo e está diretamente relacionada à necessidade demandada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio):

Grupo	Item	Descrição:	Quantidade:	Unid. Medida:	Valor Unitário Estimado:	Valor total anual:
1	1	Mesa Inox para procedimentos: Mesa para procedimentos, com estrutura integral em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização, contendo superfície com leve inclinação e/ou vincos que permitam o escoamento de líquidos para dreno ou ponto de coleta. Dimensões aproximadas: comprimento entre 1,10 m e 1,20 m; largura entre 0,65 m e 0,75 m; altura entre 0,80 m e 1,00 m. Deve acompanhar, no mínimo, balde coletor, suporte para soro e dispositivo para contenção segura de animal.	1	Unidade	R\$ 1.679,08	R\$ 1.679,08
	2	Armário para armazenar medicamentos: Armário vertical para armazenamento de medicamentos, com estrutura resistente em MDF ou material equivalente, espessura mínima de 15 mm, contendo prateleiras internas, porta(s) com vidro temperado e sistema de fechamento com tranca ou chave. Dimensões aproximadas: altura entre 1,70 m e 1,90 m; largura entre 0,60 m e 0,70 m.	1	Unidade	R\$ 1.537,60	R\$ 1.537,60
	3	Balança de Precisão: Balança digital de precisão, com estrutura em material resistente (preferencialmente aço inox), capacidade mínima de 5 kg, com graduação mínima de 1 g, visor digital e alimentação elétrica ou por bateria.	2	Unidade	R\$ 122,67	R\$ 245,34
2	4	Micro-ondas: Forno micro-ondas com capacidade mínima de 34 litros, tensão 220V, com funções básicas de aquecimento, descongelamento e	1	Unidade	R\$ 618,79	618,79

		controle de potência.				
	5	Liquidificador industrial: Liquidificador industrial de alta rotação, com copo em aço inoxidável, capacidade mínima de 2 litros, funcionamento em 220V, indicado para uso contínuo e preparo de alimentos.	1	Unidade	R\$ 1.011,80	1.011,80
3	6	Geladeira vertical: Refrigerador vertical comercial tipo autosserviço, com capacidade mínima de 1.000 litros, mínimo de 3 portas em vidro temperado, sistema de refrigeração frost free ou equivalente, iluminação interna em LED, prateleiras reguláveis, controle de temperatura e funcionamento em 220V.	1	Unidade	R\$ 11.530,00	R\$ 11.530,00
	7	Freezer horizontal: Freezer horizontal com capacidade mínima de 520 litros, com duas portas, funcionamento em 220V, com controle de temperatura e estrutura resistente para armazenamento de alimentos.	1	Unidade	R\$ 3.808,33	R\$ 3.808,33
-	8	Botijão de gás P45. Botijão para gás GLP, capacidade de 45 kg (P45), em conformidade com normas técnicas vigentes e regulamentação aplicável, apto para uso seguro em equipamentos industriais.	2	Unidade	R\$ 689,93	R\$ 1.379,86
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 21.810,80	

7.2. Considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar trata-se de bens de natureza comum, visto que pode ser objetivamente definido por meio das especificações usuais do mercado, a solução escolhida foi realizar a aquisição dos itens, por grupos e por meio da licitação na modalidade pregão, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da aquisição será de R\$ 21.810,80 (vinte e um mil oitocentos e dez reais e oitenta centavos).

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto da presente contratação, considerando a natureza dos bens a serem adquiridos, a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. Verificou-se que os equipamentos e mobiliários pretendidos apresentam características técnicas e mercadológicas distintas, sendo fornecidos por segmentos especializados diversos, tais como mobiliário técnico-hospitalar, equipamentos de cozinha industrial, refrigeração comercial e revendedores autorizados de recipientes para gás GLP. Dessa forma, a contratação em lote único poderia restringir indevidamente a participação de licitantes, reduzindo a competitividade do certame e comprometendo a economicidade da contratação.

9.3. Segundo a **Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União – TCU**:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.4. Entretanto, considerando que determinados itens possuem afinidade funcional e identidade de mercado fornecedor, concluiu-se que a solução mais adequada é o parcelamento por grupos homogêneos de itens, com manutenção de item autônomo para o fornecimento específico do botijão de gás, preservando a competitividade sem prejuízo da padronização e da gestão contratual.

9.5. Assim, o objeto será organizado da seguinte forma:

- **Grupo 1 – Mobiliário técnico-operacional:**
mesa inox para procedimentos;
armário para armazenamento de medicamentos;
balança de precisão.
- **Grupo 2 – Equipamentos de cozinha industrial:**
micro-ondas;
liquidificador industrial.
- **Grupo 3 – Equipamentos de refrigeração:**
geladeira vertical;
freezer horizontal.
- **Item autônomo:**
botijão de gás GLP P45.

9.6. A adoção desse modelo de parcelamento permite:

- a) ampliar a participação de fornecedores especializados;

- b) evitar restrição indevida à competitividade;
- c) preservar a economicidade da contratação;
- d) facilitar a gestão e fiscalização contratual;
- e) assegurar maior compatibilidade técnica entre os itens agrupados.

9.7. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto em grupos de natureza semelhante, com item individual para fornecimento específico, mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração, em conformidade com a legislação vigente e com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há aquisições correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, na **Contratação nº 443034-25/2026**, sendo considerada crítica, de alto impacto, para as atividades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

11.2. O processo de planejamento da contratação (e os documentos pertinentes) é ostensivo e aberto ao público de acordo com o estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011).

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

12.1. A contratação em tela visa ampliar a efetividade a ser alcançada pelos Centros de Pesquisa e Conservação/ICMBio, possibilitando às equipes ações mais eficazes e assim, favorecendo no desenvolvimento dos trabalhos finalísticos dos Centros de Pesquisas, que tem por missão *"formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável"*.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. No caso específico desta contratação não haverá necessidade de adequação na estrutura da Administração.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não haverá impactos ambientais decorrentes da contratação que sejam necessários ser pormenorizados nesse Estudo Técnico Preliminar.

14.2. Devem ser respeitados os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 11, inciso IV e parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>.

14.3. A Contratada deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interações das autoridades competentes.

14.4. A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

14.5. E, com vistas à efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação da Administração Pública, a(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, que deverá estar anexo à proposta de preços, sob pena de recusa desta.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE

16.1. Trata-se de bem comum e disponível em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos fornecimentos são comparáveis entre si.

17. RESPONSÁVEIS

KLEBER GOMES DE OLIVEIRA

Coordenador Territorial Salvador/BA

CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA SACRAMENTO

Coordenadora COECE

JÚLIA BARBOSA SILVA

Analista Ambiental

18. ANEXOS

- 18.1. Anexo I – Pesquisa de Preços;
- 18.2. Anexo II – Matriz de Gerenciamento de Risco e;
- 18.3. Anexo III - Minuta de Mapa de Riscos.

19. APROVAÇÃO

- 19.1. De acordo, **aprovo** na totalidade este Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Equipe de Planejamento.

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO

Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Barbosa Silva, Analista Ambiental**, em 05/05/2026, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Barbosa de Lima Sacramento, Coordenador(a)**, em 05/05/2026, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Gomes de Oliveira, Coordenador Territorial**, em 05/05/2026, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Araújo, Coordenador(a) Geral**, em 05/05/2026, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **023346896** e o código CRC **129F5995**.